NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 6,0% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 3,5% vencem de 2016 a 2020 e 90,5% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 12.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada "CS Bioenergia S/A", que tem como objeto social à exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota 8.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&Fbovespa).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 22 de fevereiro de 2016.

2.2 Mudança de Prática Contábil

a) Bens vinculados aos contratos de concessão

Até o exercício de 2014 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos regidos pela Lei de Concessões - Lei 8.987/95 (Contratos de Concessão) no Ativo Imobilizado, e os bens vinculados aos contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) de acordo com o modelo bifurcado (intangível e financeiro) definido pelo ICPC 01 e OCPC 05. A partir deste exercício, a Companhia alterou a forma de registro dos contratos regidos pela Lei 8.987/95 (Contratos de Concessão), passando a também registrá-los no Ativo Intangível.

b) Ativos Financeiros Contratuais

A partir do exercício de 2015, a Companhia passou a ajustar os ativos financeiros contratuais a valor presente. Este valor é referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas em decorrência dos bens vinculados a concessão, cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo imobilizado dos Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 para o ativo intangível bem como, o ativo financeiro contratual considerando o cálculo do AVP, conforme demonstrado a seguir:

	01/01/2014		01/01/2014
Ativo	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	107.599	(85.059)	22.540
Imobilizado, líquido	5.094.158	(4.983.518)	110.640
Intangível, líquido	412.223	5.068.577	5.480.800

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

2.2 Mudança de Prática Contábil -- continuação

b) Ativos Financeiros Contratuais -- contiuação

	2014		2014
Ativo	Divulgado	Ajuste	Reclassificado
Não Circulante			
Ativo Financeiro Contratual	194.078	(139.492)	54.586
Imobilizado, líquido	5.527.281	(5.424.941)	102.340
Intangível, líquido	661.351	5.564.433	6.225.784

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pelas mudanças mencionadas na Nota Explicativa 2.2.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa Nota Explicativa 4
- **b)** Contas a Receber de Clientes Nota Explicativa 5
- c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos Nota Explicativa 5
- d) Investimentos Nota Explicativa 8
- e) **Imobilizado** Nota Explicativa 9
- f) Intangível Nota Explicativa 9
- g) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros Nota Explicativa 9
- h) Ativos Financeiros Contratuais Nota Explicativa 10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

- 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação
 - i) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Nota Explicativa 11
 - j) Provisões e Passivos Contingentes Nota Explicativa 17
 - k) Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explicativa 18
 - 1) Partes Relacionadas Nota Explicativa 19
 - m) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio Nota Explicativa 20.d
 - **n)** Receitas Nota Explicativa 21
 - o) Instrumentos Financeiros Nota Explicativa 26
 - p) Benefício Pós-emprego Concedido aos Empregados Nota 27
 - **q)** Estoques: Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.
 - r) Passivo Circulante e Não Circulante: Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.
 - s) Concessões: A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:
 - <u>Contratos de Concessão</u>: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões Lei 8.987/95), os quais são amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

Contratos de Programas: os bens patrimoniais decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor para um ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

- t) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado.
- u) Uso de Estimativas e Julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

u) Uso de Estimativas e Julgamentos -- continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

v) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, que poderão surtir efeitos significativos aplicáveis para a Companhia, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, são as abaixo apresentadas:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos – Contribuições por parte do Empregado: A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração entrará em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação deste pronunciamento e não espera que os mesmos sejam significativos.

IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contatos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações contábeis e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possuem características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Caixa	1	1
Depósitos Bancários Livres	4.568	2.541
Depósitos Bancários Vinculados	11.823	16.324
	16.392	18.866
Aplicações Financeiras (1)		
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa (2)	74.071	28.366
Itaú Corp Plus Referenciado (3)	1	1.852
CDB Flex Empresarial (4)	73.333	19.977
	147.405	50.195
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	163.797	69.061

- (1) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 99,43% do CDI (100,29% em 2014) e Certificado de Depósito Bancário da CAIXA:
- (2) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo que em 31/12/2015, alocava 75,29% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra imediata das quotas pelo banco, 1,98% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 22,73% em CDB de Instituição Financeira de primeira linha (83,48%, 3,18% e 13,34% respectivamente em 2014);
- (3) O Fundo ITAÚ CORP PLUS REF DI FICFI tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através de aplicações que alocam, no mínimo 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira é composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados de baixo risco de crédito sendo que em 31/12/2015, alocava 50,54% dos recursos em renda fixa, 49,11% em Operações Compromissadas e 0,35% em outras aplicações (50,54%, 49,36% e 0,10% respectivamente em 2014);
- (4) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é de emissão da própria Caixa Econômica Federal, contratado a uma taxa prefixada de 100,9% do CDI, com alta liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

Prática Contábil:

Contas a Receber de Clientes: Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente.

<u>Provisão para Perdas na Realização de Créditos:</u> Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída provisão para a totalidade dos créditos.

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2015	2014
Contas a Receber Vincendas	182.698	150.729
Contas a Receber de Parcelamentos	33.057	22.034
Ajuste a Valor Presente	(2.840)	(1.661)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	134.104	112.908
	347.019	284.010
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	89.053	70.903
De 31 a 60 dias	26.106	22.382
De 61 a 90 dias	8.727	10.511
De 91 a 180 dias	12.347	12.558
Mais de 180 dias	129.160	133.686
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(125.395)	(132.505)
,	139.998	117.535
Totais de Contas a Receber, líquidas	487.017	401.545
Circulante	477.281	393.536
Não Circulante	9.736	8.009

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$3.922 (R\$6.008 em 2014) refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$118.403 (R\$89.603 em 2014) de Particulares; e R\$17.673 (R\$21.924 em 2014) dos setores Estadual e Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO -- continuação

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Saldos no Início do Exercício	(132.505)	(123.926)
Valores Registrados como Despesa Baixas, Líquidas das Recuperações	4.799 2.311	(9.524) 945
Saldos no Final do Exercício	(125.395)	(132.505)

A reversão de Provisão para Perdas no exercício ocorreu em função de parcelamento de contas em atraso com Prefeituras e Clientes Particulares.

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição		2014
Clientes Particulares	64.355	60.424
Órgãos do Governo Federal	11	12
Prefeituras Municipais	61.029	72.069
Totais	125.395	132.505

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Imposto de Renda a compensar	20.998	17.250
Contribuição Social a compensar	7.207	4.838
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.026	1.207
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	29.513	23.577
Circulante	28.829	22.791
Não Circulante	684	786

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos a Empregados	3.529	3.428
Pagamentos Reembolsáveis	5.646	4.724
Depósitos Dados em Garantia	2.235	2.416
Despesas Antecipadas	27.938	29.567
Títulos e Outros Créditos	657	1.089
Totais	40.005	41.224
Circulante	23.648	24.301
Não Circulante	16.357	16.923

8. INVESTIMENTOS

Prática Contábil:

<u>Joint Venture</u>: O investimento da Companhia na joint venture é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial, foi reconhecido inicialmente ao custo e é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da joint venture a partir da data de aquisição.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da joint venture. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia.

As demonstrações contábeis da joint venture são elaboradas para o mesmo período de divulgação e com as políticas contábeis alinhadas às da Companhia.

<u>Outros Investimentos:</u> São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Descrição	2015	2014
Investimento Controlado em Conjunto – CS Bioenergia S.A.	206	1.894
AFAC – CS Bioenergia S.A.	5.081	3.438
Outros Investimentos reconhecidos pelo Método de Custo	2.937	2.872
Totais	8.224	8.204

<u>Investimentos em joint venture</u>

Em 2014, a Companhia aportou recursos no montante de R\$5.518 na CS Bionergia S.A., sendo R\$2.080 como aporte de capital, o que equivale a 40% do Capital Social da investida e R\$3.438 como crédito para Futuro Aumento de Capital. Em 2015, a Companhia efetuou um novo aporte como crédito para Futuro Aumento de Capital no montante de R\$1.643.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

8. INVESTIMENTOS -- continuação

Abaixo seguem as principais informações do balanço patrimonial e resultado da investida:

Balanço Patrimonial - CS Bioenergia S.A.	2015	2014
Ativo Circulante	719	171
Ativo Não Circulante	42.830	13.207
 Direitos a Receber – Adiantamento para Obra R\$42.774 		
• Outros R\$56		
Passivo Circulante	(30.294)	(40)
Passivo Não Circulante	(37)	(9)
Patrimônio Líquido	(13.218)	(13.329)
Patrimônio Líquido – sem AFAC	(515)	(4.734)
Demonstração do Resultado do Exercício - CS Bioenergia S.A.	2015	2014
Receita	-	-
(-) Despesas Operacionais	(4.652)	(477)
Resultado Financeiro	636	11
Resultado Antes dos Impostos	(4.016)	(466)
IRPJ e CSLL	(203)	-
Prejuízo do Exercício	(4.219)	(466)

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Descrição	2015	2014
Saldo no início do período Resultado de Equivalência Patrimonial (percentual de participação 40%)	1.894 (1.688)	2.080 (186)
Saldo no final do exercício	206	1.894

Instrumento de Fiança

Em 16 de junho de 2015, conforme deliberado pela 7ª/2015 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia foi autorizada a avalizar as obrigações assumidas pela CS Bionergia S.A., no âmbito da 1ª emissão, pela Emissora, de até seis Notas Promissórias Comerciais, com garantia real e adicional fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de até R\$30.000, na proporção de 40% do volume da Emissão ("Oferta Restrita" e "Notas Promissórias", respectivamente), nos termos da Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, alterada e da Instrução CVM nº 155, de 7 de agosto de 1991, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, cuja Emissão foi aprovada pela Emissora em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

8. INVESTIMENTOS -- continuação

Outros Investimentos

A Companhia mantém investimentos diversos sobre os quais não exerce influência significativa, de modo que os mesmos são avaliados pelo método de custo e cujo montante é de R\$2.937 (R\$2.872 em 2014).

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Prática Contábil:

<u>Imobilizado:</u> É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade ou quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

<u>Intangível:</u> O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Concessão. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(s). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

<u>Capitalização de Juros e Encargos Financeiros:</u> Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2015	2014
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	,	(Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Administração Outras Imobilizações	223.916 3.063	(94.331) (2.605)	129.585 458	102.340
Totais	226.979	(96.936)	130.043	102.340

Por Natureza				2015	2014
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada		(Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Terrenos		2.323		2.323	2.318
Construções Civis	*1,84%	64.609	(12.316)	52.293	27.117
Benfeitorias	2%	1.721	(587)	1.134	1.130
Instalações	*5,83%	3.676	(1.825)	1.851	1.304
Equipamentos	*6,23%	40.962	(16.535)	24.427	16.554
Móveis e Utensílios	7,14%	34.113	(15.402)	18.711	16.532
Equipamentos de Informática	*19,82%	27.822	(19.166)	8.656	10.512
Veículos	*13,05%	32.804	(21.622)	11.182	13.284
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	18.487	(9.185)	9.302	13.462
Ferramentas	6,67%	462	(298)	164	127
Totais		226.979	(96.936)	130.043	102.340

^{*} Taxa Média Ponderada

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2015	2014
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		(Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Sistemas de Água	3.655.140	(1.207.768)	2.447.372	2.167.551
Sistemas de Esgoto	3.687.281	(769.567)	2.917.714	2.573.870
Resíduos Sólidos	2.533	(2.533)	-	3.615
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.081	(58.761)	66.320	70.532
Outros Ativos Intangíveis	82.797	(48.486)	34.311	30.627
Projetos e Obras em Andamento	1.243.864	-	1.243.864	1.337.041
Estoque para Obras	52.019	-	52.019	42.548
Totais	8.848.715	(2.087.115)	6.761.600	6.225.784

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível -- continuação

Por Natureza				2015	2014
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	•	Reclassificado Nota 2.2) Valor Líquido
Terrenos	-	82.684	-	82.684	79.635
Poços	*3,10%	118.080	(33.399)	84.681	80.798
Barragens	*2,67%	141.590	(47.001)	94.589	95.985
Construções Civis	*2,59%	1.561.972	(374.764)	1.187.208	1.064.958
Benfeitorias	*2,67%	13.348	(1.596)	11.752	9.872
Tubulações	*2,64%	4.087.871	(932.019)	3.155.852	2.752.668
Ligações Prediais	3,33%	545.054	(175.049)	370.005	325.139
Instalações	*5,83%	96.518	(30.623)	65.895	41.228
Hidrômetros	10%	152.398	(63.081)	89.317	84.027
Macromedidores	10%	4.573	(2.805)	1.768	1.650
Equipamentos	*6,23%	432.888	(211.825)	221.063	198.896
Móveis e Utensílios	7,14%	4.761	(3.011)	1.750	1.722
Equipamento de Informática	*19,82%	85.804	(79.030)	6.774	7.419
Programas de Informática	20%	39.228	(29.216)	10.012	13.733
Veículos	*13,05%	22.973	(18.249)	4.724	5.320
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	19.735	(15.491)	4.244	5.012
Ferramentas	6,67%	274	(160)	114	118
Direitos de Uso de Linhas de	6,25%	156	(119)	37	41
Proteção e Preservação Ambiental	20%	17.844	(10.916)	6.928	7.442
Concessão do Município de Curitiba	3,33%	125.000	(58.680)	66.320	70.486
Concessão do Município de Cianorte	5%	81	(81)	-	46
Projetos e Obras em Andamento	-	1.243.864	-	1.243.864	1.337.041
Estoque para Obras	-	52.019	-	52.019	42.548
Totais	- -	8.848.715	(2.087.115)	6.761.600	6.225.784

^{*} Taxa Média Ponderada

- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2015, referese a 175 (253 em 2014) obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 123 (158 em 2014) localidades, no montante de R\$449.158 (R\$538.651 em 2014); 236 (278 em 2014) obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 123 (123 em 2014) localidades, no montante de R\$669.484 (R\$664.062 em 2014), e ainda R\$125.222 (R\$134.328 em 2014) de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2015 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$46.064 (R\$25.888 em 2014). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 18,8%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2015:

December -	(Reclassificado	A 3:-~	Depreciação e	Baixas e	T	2015
Descrição Imobilizado	Nota 2.2)	Adições	Amortização	Perdas	Transferências	2015
Terrenos	2.318	_	_	_	5	2.323
Construções Civis	27.117	_	(939)	(5)	26.120	52.293
Benfeitorias	1.130	_	(34)	-	38	1.134
Instalações	1.304	_	(152)	(7)	706	1.851
Equipamentos	16.554	3.267	(1.746)	(1.073)	7.425	24.427
Móveis e Utensílios	16.532	2.170	(1.605)	(125)	1.739	18.711
Equipamentos de Informática	10.512	644	(2.442)	(120)	62	8.656
Veículos	13.284	61	(1.962)	(15)	(186)	11.182
Máquinas, Tratores e Similares	13.462	186	(3.438)	(139)	(769)	9.302
Ferramentas	127	54	(15)	-	(2)	164
Totais Imobilizado	102.340	6.382	(12.333)	(1.484)	35.138	130.043
Intangível	102.0.10	0.002	(12,000)	(27.10.1)		1001010
Terrenos	79.635	1.637	_	(101)	1.513	82.684
Poços	80.798	93	(1.661)	(1.074)	6.525	84.681
Barragens	95.985	-	(2.473)	-	1.077	94.589
Construções Civis	1.064.958	3.501	(29.202)	(7.672)	155.623	1.187.208
Benfeitorias	9.872	4	(267)	(250)	2.393	11.752
Tubulações	2.752.668	46.499	(82.879)	(489)	440.053	3.155.852
Ligações Prediais	325.139	239	(15.286)	(316)	60.229	370.005
Instalações	41.228	575	(4.244)	(1.512)	29.848	65.895
Hidrômetros	84.027	4	(13.640)	(2.578)	21.504	89.317
Macromedidores	1.650	-	(285)	-	403	1.768
Equipamentos	198.896	10.484	(18.141)	(2.869)	32.693	221.063
Móveis e Utensílios	1.722	205	(152)	(115)	90	1.750
Equipamentos de Informática	7.419	11	(635)	(37)	16	6.774
Programas de Informática	13.733	1.241	(4.962)	-	-	10.012
Veículos	5.320	17	(724)	(75)	186	4.724
Máquinas, Tratores e Similares	5.012	14	(1.177)	(374)	769	4.244
Ferramentas	118	7	(11)	-	-	114
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	41	-	(4)	-	-	37
Proteção e Preservação Ambiental	7.442	1.485	(1.946)	(124)	71	6.928
Concessão do Município de Curitiba	70.486	-	(4.166)	-	-	66.320
Concessão do Município de Cianorte	46	_	(6)	(40)	_	_
Subtotais Intangível	4.846.195	66.016	(181.861)	(17.626)	752.993	5.465.717
Projetos e Obras em Andamento	1.337.041	713.220		_	(806.397)	1.243.864
Estoques para Obras		9.471	_	_	-	52.019
Tataia Intonovional	42.548	,, <u>.</u>				
Totais Intangível	6.225.784	788.707	(181.861)	(17.626)	(53.404)	6.761.600

⁽a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água e esgoto, utilizando as seguintes premissas nos cálculos:

d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água e Esgoto

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradores de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão e contratos de programa, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi de 13,6% (taxa real). O referido percentual foi baseado no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) da Companhia, antes dos impostos, como sugere o CPC 01 (R1) nos itens 55 e 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos -- continuação

d.2) Unidade Geradora de Caixa - Resíduos Sólidos

Dentro do segmento Esgoto é possível evidenciar a unidade geradora de caixa para a operação de Resíduos Sólidos, com as seguintes características:

- Os Contratos do segmento de Resíduos Sólidos foram tratados isoladamente;
- Os resultados econômicos de todas as unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;
- Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos destes contratos.

O estudo técnico concluiu que os Ativos que estão em operação não são recuperáveis, portanto todo o valor alocado na operação de Resíduos Sólidos foi registrado no resultado da Companhia como Ajuste ao Valor Recuperável (provisão para "*impairment*"), no montante de R\$7.145.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

No exercício de 2015 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico, a qual concluiu que neste intervalo de tempo, desde a revisão do exercício anterior, não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação/amortização atualmente utilizadas para o exercício de 2016. A vida útil será novamente revisada ao longo do exercício de 2016.

f) Inventário Patrimonial

Durante o exercício de 2015 a Companhia iniciou o inventário dos ativos para fins regulatórios. A previsão de conclusão é no decorrer do exercício de 2016.

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Prática Contábil:

Os Ativos Financeiros Contratuais são reconhecidos inicialmente pelo valor esperado a título de indenização referente aos ativos não amortizados no período de concessão trazidos a valor presente pelo IPCA projetado para o exercício (índice publicado pelo Banco Central do Brasil – BACEN), e pela Taxa de Custo de Capital Médio Ponderado (Weighted Average Cost of Capital – WACC) como taxa de desconto, resultando na aplicação de uma taxa equivalente que representa ao spread entre o IPCA e a taxa WACC. As variações do valor presente podem representar uma receita ou uma despesa a serem registrados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrer.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS -- continuação

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

	2014	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	2015
Investimento Não Amortizado Ajuste a Valor Presente	194.078 (139.492)	61.960 (43.694)	5.007	- (439)	256.038 (178.618)
Ativo Financeiro	54.586	18.266	5.007	(439)	77.420

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

				2015			2014	
Descrição	Taxa de Juros Anual Efetiva	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Notas Promissórias – 3ª Emissão	1,06%	DI	-	-	-	102.175	-	102.175
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série	1,37%	DI	662	111.142	111.804	-	-	-
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série	1,48%	DI	1.159	188.770	189.929	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série	1,53%	DI	70.307	133.113	203.420	2.953	199.670	202.623
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	6,99%	IPCA	1.028	119.371	120.399	900	107.771	108.671
BNDES	1,82% e 2,50%	TJLP	33.375	122.831	156.206	33.294	155.097	188.391
Banco do Brasil – PSI	3,00% a 6,00%	-	3.411	22.498	25.909	2.847	26.201	29.048
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série	1,92%	TJLP	12.150	91.443	103.593	12.098	102.871	114.969
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	9,19%	IPCA	19.709	127.613	147.322	18.274	129.614	147.888
Debêntures 2ª Emissão - 3ª série	1,92%	TJLP	10.570	79.556	90.126	1.762	48.250	50.012
Banco Itaú - PSI	3,00% a 6,00%	-	3.602	25.753	29.355	2.300	21.061	23.361
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	1,67%	TJLP	2.499	158.975	161.474	1.059	79.249	80.308
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	7,44%	IPCA	990	65.626	66.616	-	-	-
BNDES – PAC2	1,76% e 2,05%	TJLP	9.063	116.130	125.193	4.405	50.455	54.860
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,68%	TR	62.135	742.527	804.662	62.267	707.920	770.187
Saldos no Final do Exercício			230.660	2.105.348	2.336.008	244.334	1.628.159	1.872.493

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	D ()	T 7	¥7. 1	0 41.1	Pagame	entos
Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Amortizações	Juros
Debêntures 5ª Emissão - 1ª série (1)	2015	2017	111.160	11.116	2017	Semestral
Debêntures 5ª Emissão - 2ª série (1)	2015	2018	188.840	18.884	2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (2)	2013	2018	199.670	19.967	2016/2017/2018	Semestral
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
BNDES – 3 Contratos (3)	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco do Brasil – PSI - 11 Contratos (4)	2013 a 2014	2024	38.848	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª série	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú – PSI – 11 Contratos (5)	2013 a 2014	2025	37.799	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 1ª série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES – PAC2 – 4 Contratos (6)	2011 a 2012	2028	395.902	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal – 229 Contratos (7)	1991 a 2014	2038	1.514.634	-	Mensal	Mensal

- (1) Debêntures 5ª Emissão emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao complemento do plano de investimentos e Capital de Giro.
- (2) Debêntures 3ª Emissão emitidas em 15/11/2013 e com colocação em 27/11/2013 de 30.000 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública, destinadas ao pagamento de dívidas e Capital de Giro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos e debêntures -- continuação
- (3) Empréstimos BNDES, utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização, ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. São garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelas contas reservas, mantidas junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante.
- (4) Empréstimos Banco do Brasil PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida.
- (5) Empréstimos Banco Itaú PSI, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia.
- (6) Empréstimos BNDES PAC 2, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados à ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas.
- (7) Empréstimos Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, destinados a aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como, desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas. Estes empréstimos, possuem taxas de administração de 1,00% até 2,00% ao ano e taxas de risco de 0,30% a 1,70% ao ano e são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial e pelas receitas próprias da Companhia. Mantém junto a Caixa, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, equivalente a um encargo mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

		2015		2014
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do exercício	244.334	1.628.159	112.310	1.353.510
Liberações	-	652.815	100.000	384.512
Juros e Taxas	203.015	-	141.648	-
Variações Monetárias	=	50.423	-	29.066
Transferências	226.012	(226.012)	138.332	(138.332)
Amortizações	(442.773)	-	(247.739)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	72	(37)	(217)	(597)
Saldos no final do exercício	230.660	2.105.348	244.334	1.628.159

d) O cronograma de amortização é o seguinte:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 a 2038	Total
Debêntures 2ª Emissão	42.428	38.016	38.016	38.016	38.016	38.016	108.533	341.041
Debêntures 3ª Emissão	71.335	66.557	66.557	59.685	59.685	-	-	323.819
Debêntures 4ª Emissão	3.489	9.331	22.464	22.464	22.464	22.464	125.414	228.090
Debêntures 5ª Emissão	1.822	111.092	188.819	-	-	-	-	301.733
Subtotais Debêntures	119.074	224.996	315.856	120.165	120.165	60.480	233.947	1.194.683
BNDES	33.375	32.825	32.825	32.372	8.046	8.046	8.717	156.206
BNDES – PAC2	9.063	11.709	11.709	11.709	11.709	11.709	57.585	125.193
Banco do Brasil - PSI	3.412	3.369	3.369	3.369	3.369	3.369	5.652	25.909
Banco Itaú - PSI	3.602	3.542	3.542	3.542	3.542	3.542	8.043	29.355
Caixa Econômica Federal	62.134	56.233	60.910	65.042	66.125	56.435	437.783	804.662
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	111.586	107.678	112.355	116.034	92.791	83.101	517.780	1.141.325
Total	230.660	332.674	428.211	236.199	212.956	143.581	751.727	2.336.008

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Debêntures 2ª Emissão – Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 09/02/2015, ocorreu a colocação de 1.305 debêntures da 3ª série, correspondendo a R\$49.437.

Debêntures 4ª Emissão — Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES em 17/06/2015, ocorreu a colocação de 904 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$29.704 e a colocação pelo BNDESPAR de 770 debêntures da 2ª série, correspondendo a R\$25.301.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes -- continuação

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES em 18/12/2015, ocorreu a colocação de 1.500 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$49.288 e a colocação de 1.000 debêntures pelo BNDESPAR da 2ª série, correspondendo a R\$32.858.

Caixa Econômica Federal – Entre os meses de Janeiro a Dezembro de 2015, houve a liberação de R\$82.784.

Em 15/10/2015 houve a liquidação da 3ª Emissão de Notas Promissórias, emitidas em 20/10/2014, sendo seu valor nominal de R\$100.000, destinadas ao reforço do capital de giro da Companhia.

Debêntures 5^a Emissão – Mediante colocação de 30.000 debêntures, emitidas em 15/06/2015 e com colocação em 25/06/2015 em 2 séries com valor nominal unitário de R\$10, sendo a 1^a série com 11.116 debêntures e a 2^a série com 18.840 debêntures no montante total de R\$300.000.

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA ajustado / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants de contratos da 3ª e 5ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
Dívida Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5

Para os contratos do BNDES e da 2ª e 4ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

- f) Cláusulas Contratuais Restritivas Covenants -- continuação
- (ii) Covenants de contratos da 3ª e 5ª Emissão de Debêntures -- continuação

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª e 5ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamentos do BNDES.

12. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$98.167 (R\$95.078 em 2014), sendo R\$7.052 (R\$6.372 em 2014) registrados no passivo circulante e R\$91.115 (R\$88.706 em 2014) no passivo não circulante.

Os vencimentos da dívida estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Saldo a Pagar
2016	7.052
2017	7.052
2018	7.052
2019	7.052
2020	7.052
2021 a 2031	62.907
Total	98.167

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2015	2014
COFINS a Pagar	14.884	12.657
PASEP a Pagar	3.220	2.748
COFINS – Parcelamento (1)	4.361	4.361
IPTU – Parcelamento (2)	1.751	1.463
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	27.376	24.687
Outros Tributos a Pagar	-	26
Totais de Impostos e Contribuições	51.592	45.942
Circulante Não Circulante	50.124 1.468	44.680 1.262
Nao Circulante	1.400	1.202

- (1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando quitado em 31 de outubro de 2014. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 27 de agosto de 2014 o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso especial da União. Em 13 de outubro de 2014, o recurso especial foi à conclusão da Ministra Marga Tesler da 1a. Turma do STJ, que em face do término da convocação, o processo foi devolvido sem despacho para nova distribuição ao Ministro sucessor. Em 08/06/2015 o processo foi redistribuído ao Ministro convocado Olindo Herculano de Menezes estando concluso para decisão desde então.
- (2) Este valor refere-se a débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto a Prefeitura de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2015 foram quitadas 16 parcelas no montante de R\$330.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

14. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas anualmente pela "Tabela Price" na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 31/12/2015 foram pagas 175 parcelas. A composição total do saldo em 31 de dezembro de 2015, registrado como "títulos a pagar" no passivo circulante, é de R\$3.087 (R\$9.629 em 2014, sendo R\$7.200 no passivo circulante e R\$2.429 no passivo não circulante).

15. RECEITAS A APROPRIAR

Em 08 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, no montante de R\$16.250. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$3.792 (R\$7.042 em 2014), sendo R\$3.250 (R\$3.250 em 2014) registrados no passivo circulante e R\$542 (R\$3.792 em 2014) no passivo não circulante.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

2015	2014
6.646	7.707
12.442	15.585
9.011	8.172
8.238	11.383
5.050	-
41.387	42.847
36.957	37.323
4.430	5.524
	6.646 12.442 9.011 8.238 5.050 41.387

(1) Refere-se ao parcelamento do acordo efetuado junto ao Ministério Público do Paraná, referente ao procedimento administrativo nº MPPR-0046.13.006304-6, relativo à diferença da multa por atraso no pagamento de faturas, que foi cobrada no período de agosto de 1996 a abril de 1998 no percentual de 10%, enquanto que o judiciário fixou o percentual de 2%. Acordo firmado no montante de R\$11.363 parcelado em 18 vezes de R\$631 atualizados mensalmente pela média do INPC/IGPDI do mês anterior, sendo que foram pagas 10 parcelas no exercício de 2015 no montante de R\$6.313.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

a) Provisões

A Companhia acredita que os montantes de provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis, apresentando a seguinte movimentação em 2015:

Natureza	2014	Adições	Reversões	2015
Ações Trabalhistas	188.461	80.929	(95.666)	173.724
Ações Cíveis	202.375	44.843	(34.379)	212.839
Ações Ambientais	76.032	664	(581)	76.115
Ações Tributárias	904	1.591	(1.750)	745
Total	467.772	128.027	(132.376)	463.423

O desembolso líquido de caixa dos processos concluídos e baixados no exercício de 2015 foi de R\$ 62.169.

b) Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

b) Passivos Contingentes -- continuação

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

T	~	4
Passivos	('Antin	gentes

Natureza	2015	2014
Ações Cíveis	365.153	252.921
Ações Ambientais	213.577	115.868
Ações Tributárias	30.133	29.017
Totais	608.863	397.806

c) Natureza das principais ações judiciais

c.1) Ações Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por exempregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) incidência do adicional de insalubridade no cálculo de horas extras; ii) pagamento aos aposentados da multa de 40% sobre todos os depósitos efetuados a título de FGTS e; iii) adicional de periculosidade no patamar de 30%.

c.2) Ações Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) indenização referente ao contrato de obra em virtude de desequilíbrio econômico-financeiro e ii) indenização referente à suspensão do contrato.

c.3) Ações Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente por danos ao meio ambiente e vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão. As principais ações estão relacionadas à: i) danos ambientais, morais e materiais; ii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de esgoto e; iii) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água, sem licença operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

c) Natureza das principais ações judiciais -- continuação

c.4) Ações Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a questionamentos ligados à cobrança de tributos, em virtude de divergências de interpretação da legislação. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se: i) execução fiscal para cobrança de ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza) e; ii) execução fiscal para cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

d) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Depósitos Judiciais

Natureza	2015	2014
Ações Trabalhistas	84.137	108.174
Ações Cíveis	42.799	52.899
Ações Ambientais	1.238	923
Ações Tributárias	4.720	4.751
Totais	132.894	166.747

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

_		2015		2014
Descrição	Imposto Co de Renda	ontribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquotas Vigentes Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	540.314 (135.079) 51.099	540.314 (48.628) 18.396	551.194 (137.799) 41.886	551.194 (49.608) 15.079
Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1) Ajuste a Valor Presente de Contas a Receber (1)	179 (295)	64 (106)	133 (45)	48 (16)
Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2) Incentivo Empresa Cidadã (3)	3.875 295	- (150)	603 217	-
Equivalência Patrimonial Outros Totais das Despesas	(422) 6.596 (73.752)	(152) 2.308 (28.118)	(49) (95.054)	(57)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(101.87		(0.608)
Alíquota Efetiva	18,9% 23,5%		,5%	

- (1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;
- (2) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;
- (3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

A Companhia afastou judicialmente a aplicação dos limites ao cálculo do benefício fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) impostos pelo Decreto 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 267/2002, passando a observar apenas o disposto na Lei nº 6.321/76. O benefício fiscal referente aos últimos 5 anos montou R\$26.405, utilizados integralmente no exercício de 2015.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do exercício apresenta os seguintes valores:

Descrição	2015	2014
Imposto de Renda	(96.410)	(126.620)
Contribuição Social	(35.714)	(45.344)
Realização do Imposto de Renda Diferido	22.658	31.566
Realização da Contribuição Social Diferida	7.596	10.790
Totais	(101.870)	(129.608)

Eventuais impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo				2015	2014
Descrição	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	178.618	44.655	16.076	60.731	-
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	703.437	175.859	63.309	239.168	287.250
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	11.112	2.777	1.000	3.777	1.415
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	463.423	115.856	41.708	157.564	159.043
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	41.411	10.353	3.727	14.080	18.057
Provisão para PPR	1 ano	25.988	6.497	2.339	8.836	8.499
Totais			355.997	128.159	484.156	474.264
PASSIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	30 anos	175.868	43.967	15.828	59.795	-
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	28 anos	142.040	35.510	-	35.510	37.068
Reserva de Reavaliação	16 anos	140.643	35.161	12.658	47.819	50.871
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	5 anos	18.404	4.601	1.656	6.257	7.250
Totais			119.239	30.142	149.381	95.189
Total líquido			236.758	98.017	334.775	379.075

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2015, é a seguinte:

		Ativo Fis	cal Diferido		scal Diferido	
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2016	20.975	7.530	28.505	6.326	1.804	8.130
2017	23.790	8.544	32.334	6.326	1.804	8.130
2018 a 2020	156.168	56.158	212.326	17.826	4.997	22.823
2021 a 2023	40.312	14.450	54.762	15.526	4.169	19.695
2024 a 2026	40.139	14.617	54.756	15.526	4.169	19.695
2027 a 2029	51.515	18.545	70.060	15.526	4.169	19.695
2030 a 2032	4.620	1.663	6.283	10.838	2.481	13.319
2033 a 2035	4.620	1.663	6.283	8.494	1.638	10.132
2036 a 2038	4.620	1.663	6.283	8.494	1.637	10.131
2039 a 2041	4.619	1.663	6.282	8.494	1.637	10.131
2042 a 2044	4.619	1.663	6.282	5.863	1.637	7.500
Totais	355.997	128.159	484.156	119.239	30.142	149.381

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

19. PARTES RELACIONADAS

Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015, no montante de R\$102.796 (R\$90.694 em 2014) e dividendos adicionais propostos de R\$1.764 (R\$16.316 em 2014) totalizando R\$104.560 (R\$107.010 em 2014). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Adicionalmente, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$130.357 e R\$119.462 para os exercícios de 2015 e 2014, respectivamente.

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S/A referente a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015 no montante de R\$21.869 (R\$16.495 em 2014) e dividendos adicionais propostos de R\$406 (R\$3.758 em 2014) totalizando R\$22.275 (R\$20.253 em 2014), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL (acionista direta da Companhia, uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) possui em 31 de dezembro de 2015 créditos referentes a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2015, no montante de R\$15.063 (R\$11.362 em 2014) e dividendos adicionais proposto de R\$280 (R\$2.588 em 2014) totalizando R\$15.343 (R\$13.950 em 2014), sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Adicionalmente, a COPEL forneceu energia elétrica à Companhia no montante de R\$378.576 durante o exercício de 2015 (R\$199.092 em 2014).

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2015, foi de R\$76.043 (R\$67.425 em 2014).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

19. PARTES RELACIONADAS -- continuação

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovada pela 51ª/2015 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 25 de abril de 2015, no montante global de R\$11.695. Para o exercício de 2014 a aprovação se deu pela 50ª/2014 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2014, no montante de R\$10.861, sendo pago a título de remuneração o montante de R\$6.858 e R\$2.106 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$8.964. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$1.925 referem-se a encargos sociais, R\$45 referem-se a participação nos resultados, R\$44 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE) e R\$92 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN).

Durante o exercício de 2015, foi pago o montante de R\$10.107, sendo R\$8.346 a título de remuneração e R\$1.761 referente a encargos e benefícios. Do montante relativo a encargos e benefícios, R\$1.658 referem-se a encargos sociais, R\$16 referem-se a participação nos resultados, R\$34 referem-se a plano de saúde (SANESAÚDE) e R\$53 referem-se a benefícios junto à Fundação Sanepar (FUSAN).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é composto de 476.620.206 ações, sendo 231.967.956 ações ordinárias e 244.652.250 ações preferenciais sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2015 é de R\$8,77 (R\$7,98 em 31 de dezembro de 2014).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$2.597.360, e sua composição acionária, é a seguinte:

					Número	de Ações
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	75,0	71.006.327	29,0	244.908.449	51,4
Dominó Holdings S/A	57.237.359	24,7	730.015	0,3	57.967.374	12,2
Cia. Paranaense de Energia - Copel	-	-	36.343.267	14,9	36.343.267	7,6
Andrade Gutierrez Concessões	-	-	10.004.423	4,1	10.004.423	2,1
Fundo Garantidor do Paraná	-	-	35.000.000	14,3	35.000.000	7,3
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	1,0	2.339.005	0,5
Investidores Estrangeiros	-	-	36.579.281	15,0	36.579.281	7,7
Demais Investidores	828.475	0,3	52.649.932	21,4	53.478.407	11,2
Totais	231.967.956	100,0	244.652.250	100,0	476.620.206	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.925 (R\$6.318 em 2014), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Saldos no início do exercício	98.750	105.068
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.977)	(9.574)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	3.052	3.256
Saldos no final do exercício	92.825	98.750

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$215.755 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

d) Remuneração aos Acionistas

Prática Contábil:

Os Juros sobre o Capital Próprio foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando beneficio fiscal de R\$69.495, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	438.444	421.586
Constituição da Reserva Legal Doações e Subvenções Governamentais	(21.922) (715)	(21.079) (534)
	415.807	399.973
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios		
Dividendos Obrigatórios (25%) Dividendos Complementares	103.952 103.951	99.993 99.993
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	207.903	199.986

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

d) Remuneração aos Acionistas -- continuação

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2015 foi de R\$204.396 (R\$167.545 em 2014), sendo retido o valor de R\$9.806 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 4,80% (4,96% em 2014). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece o acordo de acionistas, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$3.507, totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$207.903.

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$103.951, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

Os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

	2015	2014
Ações Preferenciais	0,45640	0,43902
Ações Ordinárias	0,41491	0,39911

O montante total de R\$95.101 (R\$92.218 em 2014) registrado no Passivo Circulante como Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos em 2015 inclui R\$52.280 (R\$52.220 em 2014) do acionista Estado do Paraná, R\$10.235 (R\$9.498 em 2014) do acionista Dominó Holdings S/A, R\$7.049 do acionista Companhia Paranaense de Energia – COPEL (R\$ 6.542 em 2014), R\$24.621 (R\$23.425 em 2014) de outros acionistas e R\$916 (R\$533 em 2014) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2015	2014
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	202.969	208.043
Ações preferenciais	235.475	213.543
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	231.968	246.554
Média ponderada de número de ações preferenciais	244.652	230.066
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,874989	0,843802
Por ação preferencial	0,962488	0,928183

f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$21.922 em 2015 (R\$21.079 em 2014), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$715 em 2015 (R\$534 em 2014), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$1.926 (R\$2.826 em 2014), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Saldos no início do exercício Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	14.073 (2.919)	16.899 (4.281)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	993	1.455
Saldos no final do exercício	12.147	14.073

21. RECEITAS OPERACIONAIS

Prática Contábil:

Receita de Produtos e Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: De acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de construção, a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

21. RECEITAS OPERACIONAIS -- continuação

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2015	2014
Receitas		
Receitas de Água	1.944.616	1.752.115
Receitas de Esgoto	1.044.242	917.527
Receitas de Serviços	100.477	89.148
Receitas de Resíduos Sólidos	8.060	7.630
Serviços Prestados a Prefeituras	6.190	5.586
Outras Receitas	79.767	42.679
Totais das Receitas Operacionais	3.183.352	2.814.685
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(174.372)	(162.390)
PASEP	(37.795)	(35.255)
Totais das Deduções	(212.167)	(197.645)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	2.971.185	2.617.040

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$66.016 (R\$19.407 em 2014), durante o exercício de 2015, ou seja, com margem nula.

22. CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

			2015			2014
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	229.134	72.937	302.071	206.090	65.489	271.579
Materiais	72.684	24.483	97.167	69.619	23.980	93.599
Energia Elétrica	344.155	35.122	379.277	183.525	17.905	201.430
Serviços de Terceiros	176.392	116.571	292.963	174.062	117.125	291.187
Depreciações e Amortizações	91.970	80.808	172.778	85.617	70.142	155.759
Outros Custos	78.412	22.494	100.906	79.518	22.052	101.570
Totais	992.747	352.415	1.345.162	798.431	316.693	1.115.124

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

23. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2015	2014
Comerciais		
Pessoal	92.508	84.799
Materiais	3.125	3.496
Serviços de Terceiros	58.193	54.948
Depreciações e Amortizações	5.405	5.323
Perdas na Realização de Créditos	(5.862)	9.524
Outras Despesas	49.411	41.742
Totais das Despesas Comerciais	202.780	199.832
Administrativas		
Pessoal	544.900	465.283
Materiais	28.849	32.280
Serviços de Terceiros	134.215	123.157
Depreciações e Amortizações	16.011	13.935
Perdas na Realização de Créditos	1.063	-
Outras Despesas	64.231	42.570
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(107.853)	(99.539)
Despesas Capitalizadas (b)	(89.464)	(92.171)
Totais das Despesas Administrativas	591.952	485.515
Outras Despesas (Receitas) Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(19.150)	(10.344)
Receitas		
Venda de Ativos	3.794	2.357
Totais das Outras Despesas (Receitas) Operacionais, líquidas	(15.356)	(7.987)

⁽a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

24. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$25.988 (R\$24.998 em 2014), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2015, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. Em agosto de 2015, a Companhia efetuou o registro contábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2014, no total de R\$14.959, representando no exercício de 2015 o montante de R\$40.947.

⁽b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

25. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2015	2014
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	19.239	10.982
Aplicações Financeiras	23.698	13.645
Outras Receitas Financeiras	9.062	3.760
Totais das Receitas Financeiras	51.999	28.387
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(157.189)	(111.675)
Variações Monetárias Passivas	(42.011)	(18.246)
Outras Despesas Financeiras	(12.273)	(8.034)
Totais das Despesas Financeiras	(211.473)	(137.955)
Resultado Financeiro, líquido	(159.474)	(109.568)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Prática Contábil:

Ativos Financeiros

<u>Classificação</u>: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias mantidas até o vencimento e disponíveis para venda.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado: São registrados nesta categoria os instrumentos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Estes instrumentos são mensurados ao valor justo e tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no resultado. Caixa e equivalentes de caixa são classificados nesta categoria.

Empréstimos e Recebíveis: Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos das contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, depósito judiciais e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivos Financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

<u>Empréstimos e financiamentos:</u> Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia compreendem os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias, empreiteiros e fornecedores e contratos de concessão.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

	Valor Co	ntábil	Valor Justo	
Descrição	2015	2014	2015	2014
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	163.797	69.061	163.797	69.061
Contas a Receber de Clientes, líquido	487.017	401.545	487.017	401.545
Depósitos Vinculados	43.725	44.430	43.725	44.430
Ativos Financeiros Contratuais	77.420	54.586	77.420	54.586
Total	771.959	569.622	771.959	569.622
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.336.008	1.872.493	2.336.008	1.872.493
Empreiteiros e Fornecedores	125.404	141.079	125.404	141.079
Título a Pagar	3.087	9.629	3.087	9.629
Contratos de Concessão	98.167	95.078	98.167	95.078
Total	2.562.666	2.118.279	2.562.666	2.118.279

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, mantidas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$3.747 (R\$4.238 em 2014); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$13.437 (R\$12.163 em 2014), R\$4.771 (R\$2.896 em 2014) e R\$12.603 (R\$11.408 em 2014).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Saldos no Início do Exercício	(1.661)	(1.481)
Ajuste a Valor Presente	(1.179)	(180)
Saldos no Final do Exercício	(2.840)	(1.661)

Ativos Financeiros Contratuais: representam a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, com base nos prazos das concessões.

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 28 (vinte e oito) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 11, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2015, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Títulos a Pagar: representam títulos a pagar à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, representada por 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas mensalmente pela "Tabela Price" na taxa de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC (vide nota 14).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Contratos de Concessão: representa o saldo a pagar relativo ao contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001 (vide nota 12).

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detém as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 11,2 milhões de pessoas com água tratada e 7,5 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2015	2014
TR	804.662	770.187
TJLP	636.592	488.540
IPCA	334.337	256.559
DI	505.153	304.798
Sem Correção Monetária	55.264	52.409
	2.336.008	1.872.493

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$24.875 e R\$49.750 a mais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Análise					
Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
					(0.000)
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	CDI	4.519	(4.519)	9.038	(9.038)
Itaú Corp Plus Referenciado	CDI _	4	(4)	8	(8)
Ativos		4.523	(4.523)	9.046	(9.046)
Caixa Econômica Federal	TR	(2.969)	2.969	(5.938)	5.938
BNDES	TJLP	(2.053)	2.053	(4.106)	4.106
BNDES-PAC2	TJLP	(266)	266	(532)	532
Debêntures – 2ª Emissão – 1ª e 3ª Séries	TJLP	(1.564)	1.564	(3.128)	3.128
Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(3.277)	3.277	(6.554)	6.554
Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série	DI	(7.105)	7.105	(14.210)	14.210
Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(2.595)	2.595	(5.190)	5.190
Debêntures – 4ª Emissão – 1ª Série	TJLP	(342)	342	(684)	684
Debêntures – 4ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(346)	346	(692)	692
Debêntures – 5 ^a Emissão – 1 ^a Série	DI	(2.156)	2.156	(4.312)	4.312
Debêntures – 5 ^a Emissão – 2 ^a Série	DI	(3.686)	3.686	(7.372)	7.372
Passivos		(26.359)	26.359	(52.718)	52.718
Efeitos no Lucro antes da Tributação	<u> </u>	(21.836)	21.836	(43.672)	43.672

A TR considerada foi de 1,80% e a TJLP de 6,25%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, e o IPCA à taxa de 10,67%, obtida junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 11, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 11), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa:

	2015	2014
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.336.008	1.872.493
Caixa e Equivalentes de Caixa	(163.797)	(69.061)
Dívida Líquida	2.172.211	1.803.432
Patrimônio Líquido	4.180.307	3.801.085
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,52	0,47

2015

2014

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxilio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$26.949 (R\$24.531 em 2014) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,5% pela patrocinadora e 36,5% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$48.527 (R\$43.847 em 2014).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar serão determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário, evidenciando a necessidade de se estabelecer um plano de equacionamento do déficit técnico, de acordo com a legislação, tendo em vista que a Entidade apresentou resultado deficitário pelo terceiro ano consecutivo. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2015	2014
Valor Presente das Obrigações Atuariais Valor Justo dos Ativos	719.452 (478.255)	463.621 (1.381)	1.183.073 (479.636)	1.286.478 (441.625)
Totais	241.197	462.240	703.437	844.853
Circulante Não Circulante	16.080 225.117	30.816 431.424	46.896 656.541	56.324 788.529
Apuração do passivo atuarial:				
Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2015	2014
Valor presente da obrigação no início do ano	733.675	552.802	1.286.477	1.210.036
Custo de juros sobre a obrigação	72.137	71.198	143.335	126.260
Custo do serviço corrente	- (54.024)	5.449	5.449	15.762
Benefícios pagos no exercício Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	(54.034)	(14.180)	(68.214)	(65.163)
Contribuição Extraordinária Assistidos - Ajuste TAC	(27.061) (5.265)	(151.648)	(178.709) (5.265)	(417)
Obrigação total no exercício	719.452	463.621	1.183.073	1.286.478
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(437.057)	(4.568)	(441.625)	(429.084)
Juros sobre os ativos do plano	(53.848)	(586)	(54.434)	(50.201)
Contribuição dos participantes	(1.668)	_	(1.668)	(1.515)
Contribuição da patrocinadora	(640)	(14.180)	(14.820)	(13.836)
Benefícios pagos no exercício	54.034	14.180	68.214	65.163
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício Reversão Saldo de Conta - TAC	(10.857) (28.219)	3.773	(7.084) (28.219)	(12.152)
Valor justo dos ativos no exercício	(478.255)	(1.381)	(479.636)	(441.625)
Passivo reconhecido no final do exercício	241.197	462.240	703.437	844.853

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses	Econômicas
Toyo do I	Docaonto

Taxa de Desconto	14,20% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	14,20% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,48% ao ano
Inflação	6,40% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano
Hipóteses Demográficas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkleyoss D10

Tábua de mortalidadeAT-2000 BasicTábua de mortalidade de inválidosWinklevoss D10Tábua de entrada em invalidezLight Média D30Idade de aposentadoria55 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

	Plano de	Plano de
Descrição	Aposentadoria	Assistência Médica
Base de dados utilizada		
Data efetiva	31 out 2015	31 out 2015
Participantes ativos (passivo principal)	7.312	2.471
Assistidos/ Beneficiários em gozo de benefício	2.336	2.401
a. Aposentados	1.713	1.906
b. Pensionistas	623	495
Total de participantes	9.648	4.872

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica, em 31 de dezembro de 2015:

Faixa Etária	Total de Beneficiários ¹	Valor em reais
0 a 18 anos	1.432	122,89
19 a 23 anos	971	176,43
24 a 28 anos	151	185,60
29 a 33 anos	71	210,89
34 a 38 anos	200	221,90
39 a 43 anos	329	288,02
44 a 48 anos	936	302,98
49 a 53 anos	1.440	395,59
54 a 58 anos	1.510	416,16
59 anos ou mais	3.664	451,30

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

Rentabilidade dos Investimentos

No ano de 2015 a FUSAN obteve rentabilidade de 11,06% na sua carteira de investimentos, abaixo da meta atuarial de 17,67% (INPC/IBGE + 5,75% de juros ao ano). Este resultado deve-se a parte da carteira de renda fixa estar atrelada a títulos que acompanhem a variação do CDI, pela dificuldade de rentabilizar a carteira imobiliária e pela baixa performance da bolsa de valores.

O Conselho Deliberativo da FUSAN aprovou a Política de Investimentos para 2015, com o objetivo de parametrizar os investimentos para os próximos 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A alocação estratégica da carteira avalia a adequação de cada investimento às necessidades do plano, a tabela abaixo detalha a alocação estratégica:

Sagmente/Mandata	Alocação %			ndice de Referência	Meta de	
Segmento/ Mandato -	Objetivo	Mínimo	Máximo	nuice de Referencia	Rentabilidade	
Renda fixa	72,80	30,0	100,0	55% CDI + 45% IMA-B	INPC + 5,5% aa	
Renda variável	11,45	0,0	35,0	65% Ibovespa + 35% SMLL	INPC + 10% aa	
Investimentos Estruturados	5,20	0,0	10,0	INPC + 7,5% aa	INPC + 7,5% aa	
Investimento no Exterior	0,50	0,0	10,0	MSCI World	INPC + 7,5% aa	
Imóveis	4,25	0,0	8,0	INPC	INPC	
Operações com Participantes	5,80	0,0	15,0	INPC + 8,5% aa	INPC + 8,5% aa	

Riscos associados ao Plano de Aposentadoria - FusanPrev:

- Risco de sobrevivência;
- Crescimento Salarial:
- Retorno de Investimentos (taxa de juros);
- Risco no regime de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição, o qual foi minimizado com a instituição de contribuição de riscos para o grupo de assistidos e reversão de parte das contribuições facultativas do participante.

Em relação às tábuas biométricas e crescimento de salários, consideramos que a Entidade definiu adequadamente as hipóteses, adequando-as à massa dos participantes, por meio do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais e demais procedimentos de aprovação e ciência dos Conselhos e Patrocinadoras.

Quanto à hipótese da taxa de juros, a Entidade solicitou a manutenção da taxa de juros de 5,75% a ser aplicada no exercício de 2015, elaborando um projeto atuarial e econômico-financeiro de acordo com a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013, obtendo parecer favorável da Previc. Diante de todo o estudo elaborado, constatou-se que ao longo do tempo a taxa de juros atuarial converge com a rentabilidade obtida no mercado financeiro, apresentando períodos de altos retornos e também de baixos retornos. No atual cenário econômico nacional, com a perspectiva de aumento de taxa de juros, a Entidade, mediante gestão proativa no sentido de otimizar a carteira de investimentos, projeta a sustentação da atual taxa de juros de 5,75% como retorno de seu patrimônio.

A atual forma de financiamento dos benefícios por morte pelo regime financeiro por repartição tem perspectiva de custo crescente ao longo do tempo, a menos que a massa de participantes se renove proporcionalmente, de forma que se mantenha a idade média e o mesmo patamar médio de benefícios e principalmente de salários, base de cálculo de financiamento. É prudente que a Entidade venha a capitalizar as pensões, principalmente a pensão por morte de assistidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Riscos associados ao Plano de Assistência Médica - SaneSaúde:

- Crescimento real dos custos médicos;
- Taxa de juros;
- Sobrevivência;
- Regime financeiro de repartição simples.

A incorporação de tecnologia nos serviços médicos resulta um custo crescente na saúde, cujo comportamento tem característica universal. Da mesma forma, essa premissa é verificada quanto à incorporação de tecnologia nos materiais utilizados em exames, laboratórios, clínicas e hospitais. Historicamente se observa que os procedimentos médicos tendem a variar em percentuais acima da inflação.

Além deste ponto, a assunção de novas coberturas determinadas pelo agente regulador compõem um risco contínuo para o plano.

Outro ponto a observar é o efeito advindo do envelhecimento do grupo de beneficiários, o que no futuro poderá agravar a taxa de sinistralidade.

Plano de Custeio FusanPrev: O Plano de Custeio do Plano de Benefícios FusanPrev estabelecido para o exercício de 2014, com vigência de abril/15 a março/16, está ajustado de forma a atender o disposto no artigo 6º da Lei Complementar nº 108/2001, no que concerne à paridade de contribuições normais entre participante e patrocinadora, destacando que os percentuais de custeio deverão ser reavaliados após o prazo de um ano da avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

Para cobertura do Custo Normal o Plano de Custeio corresponde a um percentual de contribuição individual para formação do saldo de conta, mínimo de 1,75% e máximo de 5,56%, além de um percentual para cobertura de benefícios de risco de 1,63% e ainda 0,43% para cobertura das despesas administrativas, aplicados sobre o salário de participação, para todas as categorias de participantes ativos e Patrocinadoras, exceto contribuição de risco para opção em Benefício Proporcional Diferido.

Na contribuição facultativa do participante foi instituído um percentual de reversão de 21% e 0,86%, respectivamente, para cobertura de riscos e despesas administrativas, que será descontado do valor total desta contribuição.

Os participantes assistidos e patrocinadoras contribuirão com 1,72% aplicado sobre o benefício, sendo 1,29% para cobertura de benefícios de riscos em regime de repartição e 0,43% para cobertura das despesas administrativas.

A implantação da contribuição de risco para os assistidos e a reversão de parte das contribuições adicionais dos ativos para o custeio do risco ajudou na estabilização do custo das pensões. As contribuições adicionais dos ativos não são obrigatórias e ocorrem somente por opção do participante, pois não há contrapartida patronal, sendo que estas são essenciais para o custeio do risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Plano de Custeio SaneSaúde: O plano de custeio do SaneSaúde tem participação da empresa na ordem de 70% dos custos e 30% dos empregados. Possui coparticipação dos empregados para consultas e diversos exames. Está separado por faixas etárias de acordo com a legislação e está estruturado sob regime financeiro de repartição simples.

O SaneSaúde é custeado pela Sanepar, na qualidade de patrocinadora e por seus beneficiários inscritos no plano, por meio de contribuições mensais, determinadas na Tabela de Contribuições do SaneSaúde, a qual estabelece os valores dos prêmios mensais, por faixa etária e com base em cálculos atuariais. É custeado também, por valores (receitas) decorrentes dos Fatores Moderadores, quando da efetiva utilização dos serviços pelos respectivos beneficiários.

O montante mensal de contribuições é determinado pela multiplicação do número de beneficiários inscritos no plano pelo prêmio mensal definido na Tabela Anual de Custeio, de acordo com a faixa etária de cada beneficiário.

Sobre o montante mensal apurado, a participação da Sanepar será de 70% para custeio dos Beneficiários Titulares, Beneficiários Especiais, e respectivos dependentes, conforme definidos no Regulamento do Plano. Com relação aos dependentes a proporção da participação será a estabelecida em tabela específica.

A Sanepar não contribui para o custeio de Beneficiários Autopatrocinados, filhos designados, bem como, na aposentadoria dos Beneficiários Titulares com adesão ao SaneSaúde após março de 2002.

Os valores decorrentes da participação dos Beneficiários, relativos às suas contribuições e aos Fatores Moderadores de Utilização, definidos no Regulamento do Plano, serão descontados em folha de pagamento da Sanepar e repassados mensalmente à Fundação Sanepar.

A Tabela de Contribuições do SaneSaúde será avaliada e atualizada pelo atuário responsável pelo Plano com periodicidade máxima anual, sendo o resultado apurado submetido à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva da Sanepar e do seu Conselho de Administração, para adequação da necessária estabilidade financeira-atuarial do Plano.

A vigência da Tabela de Contribuições do SaneSaúde compreenderá o período de 1º de junho até 31 de maio do ano seguinte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

Descrição	2015	%	2014	<u>%</u>
Renda Fixa (a)				
Cotas de Fundos de Renda Fixa	859.345		749.805	
Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado	65.163		49.734	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	14.895		10.439	
Total Renda Fixa	939.403	81,3	809.978	78,0
Renda Variável (b)				
Cotas de Fundos de Investimentos Abertos	28.943		45.401	
Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de FI	40.199		49.205	
Carteira de Ações	12.899		13.118	
Total Renda Variável	82.041	7,1	107.724	10,4
Imóveis (c)	38.994	3,4	39.684	3,8
Operações com Participantes (d)	63.637	5,5	57.845	5,6
Estruturados (e)				
Cotas de FIP's	18.920		16.986	
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	12.562		6.144	
Total Estruturados	31.482	2,7	23.130	2,2
Valor Justo dos Ativos do Plano	1.155.557	100	1.038.361	100

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

27. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir apresentamos análise de sensibilidade de hipóteses:

- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas pela legislação vigente e na Política de Investimentos.

Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita na seção Risco de Crédito da Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2016:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2016
Custo do Serviço Corrente	8.900	9.617	18.517
Custo dos Juros	97.881	65.830	163.711
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(63.812)	(88)	(63.900)
Contribuições dos Participantes/Empregador	(2.604)	(15.279)	(17.883)
Totais	40.365	60.080	100.445

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Valor da Obrigação no Período	719.452	463.621
Taxa de Juros		
Com Acréscimo de 1%	657.947	431.212
Variação %	(8,55%)	(7,00%)
Com Redução de 1%	791.986	535.193
Variação %	10,08%	15,4%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 1%	-	532.854
Variação %	-	14,9%
Com Redução de 1%	-	408.719
Variação %	-	(11,8%)
Efeito da Tábua de Sobrevivência		
AT – 1949	717.402	454.700
Variação %	(0,29%)	(1,9%)
AT – 1983	721.542	472.313
Variação %	0,29%	1,9%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS -- continuação

	2015				2014		
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total	
Receita Operacional Direta	2.023.923	1.073.472	3.097.395	1.823.755	942.665	2.766.420	
Outras Receitas Operacionais	51.359	34.598	85.957	29.138	19.127	48.265	
Total da Receita Operacional Bruta	2.075.282	1.108.070	3.183.352	1.852.893	961.792	2.814.685	
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(126.722)	(85.445)	(212.167)	(119.323)	(78.322)	(197.645)	
Receita Operacional Líquida	1.948.560	1.022.625	2.971.185	1.733.570	883.470	2.617.040	
Custo	(992.747)	(352.415)	(1.345.162)	(798.431)	(316.693)	(1.115.124)	
Lucro Bruto	955.813	670.210	1.626.023	935.139	566.777	1.501.916	
Despesas Comerciais	(121.162)	(81.618)	(202.780)	(120.642)	(79.190)	(199.832)	
Despesas Administrativas	(353.693)	(238.259)	(591.952)	(293.112)	(192.403)	(485.515)	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(10.184)	(5.172)	(15.356)	(4.822)	(3.165)	(7.987)	
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(1.688)	(1.688)	-	(186)	(186)	
Resultado Financeiro, líquido	(78.331)	(81.143)	(159.474)	(52.226)	(57.342)	(109.568)	
PPR	(24.466)	(16.481)	(40.947)	(24.908)	(16.350)	(41.258)	
Provisões	2.502	1.847	4.349	(18.083)	(11.823)	(29.906)	
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(46.564)	(31.297)	(77.861)	(46.177)	(30.293)	(76.470)	
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	323.915	216.399	540.314	375.169	176.025	551.194	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(61.071)	(40.799)	(101.870)	(88.217)	(41.391)	(129.608)	
Lucro Líquido do Exercício	262.844	175.600	438.444	286.952	134.634	421.586	
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (a)	318.247	476.842	795.089	443.608	510.440	954.048	
Participação Societária – CS Bioenergia	-	5.287	5.287	-	5.267	5.267	
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	981.340	1.354.668	2.336.008	825.326	1.047.167	1.872.493	
Imobilizado e Intangível, líquidos	3.077.904	3.813.739	6.891.643	2.811.465	3.377.167	6.188.632	
Depreciações e Amortizações do Período	(104.770)	(89.424)	(194.194)	(97.242)	(77.775)	(175.017)	
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (b)	412.011	203.241	615.252	363.713	171.998	535.711	
Total do Ativo	3.682.187	4.562.488	8.244.675	3.430.717	4.121.022	7.551.739	
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.707.441	2.356.927	4.064.368	1.653.288	2.097.366	3.750.654	
Quantidade de Usuários - Não Auditado/Revisado (c)	2.979.363	1.859.533	-	2.909.401	1.759.422	-	
Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado/Revisado (d)	582.594	392.453	-	586.594	385.047	-	

⁽a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;(b) Apresentadas pelo valor bruto;

⁽c) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

⁽d) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a Yasuda Marítima Seguros S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$894.994, com vigência abrangendo o período de 08/12/2015 a 08/12/2016, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios Máquinas e Equipamentos e Veículos Estoque	444.871 394.570 55.553
Total	894.994

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2015 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 28 processos judiciais no montante de R\$79.299 com a seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Zurich Minas Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 14/04/2016.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Eleição de Diretor Executivo

Em 14 de janeiro de 2016, foi realizada a 1ª/2016 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, tendo como ordem do dia a eleição do Sr. Glauco Machado Requião para o cargo de Diretor de Meio Ambiente e Ação Social.

Reajuste Tarifário

O Conselho de Administração na 2ª/2016 Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de fevereiro de 2016, aprovou o encaminhamento da proposta de reajuste tarifário para o ente regulador que definirá pela aplicação ou não do reajuste à tarifa de água e esgoto, definindo também seu percentual, caso aplicável.

DIRETORIA EXECUTIVA

Em 31 de Dezembro de 2015

Mounir Chaowiche (Diretor-Presidente)

Gustavo Fernandes Guimarães (Diretor Financeiro)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

Ney Amilton Caldas Ferreira (Diretor de Relações com Investidores)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)

Julio Jacob Junior (Diretor Jurídico)

Luciano Valério Bello Machado (Diretor Administrativo e Diretor de Meio Ambiente e Ação Social em exercício)

A partir de Janeiro de 2016

(Eventos Subsequentes - Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis nº 30)

Mounir Chaowiche (Diretor-Presidente)

Gustavo Fernandes Guimarães (Diretor Financeiro)

Paulo Alberto Dedavid (Diretor de Operações)

Ney Amilton Caldas Ferreira (Diretor de Relações com Investidores)

João Martinho Cleto Reis Júnior (Diretor de Investimentos)

Antonio Carlos Salles Belinati (Diretor Comercial)

Julio Jacob Junior (Diretor Jurídico)

Luciano Valério Bello Machado (Diretor Administrativo)

Glauco Machado Requião (Diretor de Meio Ambiente e Ação Social)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Ricardo Machado Costa (Presidente)

Joel Musman (Vice-Presidente)

Michele Caputo Neto

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Eduardo Francisco Sciarra

Paulino Viapiana

Ezequias Moreira Rodrigues

Luiz Carlos Brum Ferreira

Edson Roberto Michaloski

CONSELHO FISCAL

Ivens Moretti Pacheco (Presidente) José Antonio Andreguetto George Hermann Rodolfo Tormin Newton Brandão Ferraz Ramos

CONTADOR

Ozires Kloster Gerente Contábil Contador CRC-PR 030.386/O-8